

AS ONGS E OS BANCOS

Uma pesquisa exploratória sobre
as barreiras que as organizações
da sociedade civil enfrentam no
sistema financeiro



abcr

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
CAPTADORES DE RECURSOS



AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não teria sido realizada sem o apoio de toda a comunidade de organizações sem fins lucrativos brasileiras que nos auxiliaram na disseminação e no preenchimento do formulário de perguntas.

Agradecemos também a todas as instituições e pessoas participantes da Coalizão das Organizações da Sociedade Civil para o GAFI/FATF e do Conselho Deliberativo da ABCR, que nos ajudaram a refletir e construir o formulário.

Finalmente, agradecemos aos parceiros financiadores do programa de incidência política da ABCR, com destaque especial para o Movimento Bem Maior, a Fundação José Luiz Egydio Setúbal, o Instituto Mol e a advogada Ana Carolina Carrenho.



EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO

João Paulo Vergueiro

PRODUÇÃO TEXTUAL

PrimaPagina - Ricardo Meirelles e Gabriela Vieira de Campos

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN

Carolina Farias

APRESENTAÇÃO

Requerer antecedentes criminais de toda a diretoria. Exigir um parecer do consulado brasileiro no país-sede. Recusar pedido de cartão de crédito. Cobrar tarifas semelhantes às de outros clientes, mas sem permitir o uso de serviços básicos, como cartão de débito.

Esses e outros tantos obstáculos impostos pelos bancos se sobressaem na pesquisa “As Organizações Sem Fins Lucrativos e o Sistema Financeiro”, feita pela Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) e sintetizada nas próximas páginas. Trata-se de um levantamento introdutório para captar impressões das ONGs sobre tema.

O trabalho traz resultados que não chegam a surpreender profissionais que de algum modo precisam lidar com questões financeiras nas organizações. Ainda que a pesquisa seja de caráter preliminar, causa indignação notar que a simples abertura de uma conta bancária já tenha sido negada a quase um terço das organizações da sociedade civil (OSCs) que responderam ao questionário. Ou que quase 40% já tenham recebido cobrança indevida. Ou ainda que a maioria não disponha de cartão de débito ou crédito.

Há muitos anos a ABCR recebe com frequência queixas acerca de dificuldades de acesso das instituições sem fins lucrativos ao sistema financeiro. Por exemplo, reclamações referentes à imposição de empecilhos burocráticos, administrativos e normativos, à inexistência de produtos específicos para o

segmento, às dificuldades para receber doações internacionais, fazer câmbio e gerar boletos. Como resumiu um dos entrevistados, os bancos em geral não mostram interesse em ter as ONGs como um cliente: “parece sempre que estão fazendo um favor”.

Essas são algumas das razões que levaram a ABCR a fazer este estudo preliminar. Há outras. As organizações da sociedade civil, na imensa maioria das vezes, são invisibilizadas pelos governos e pelas empresas nas discussões sobre o sistema financeiro ou sobre soluções financeiras. Para citar um caso recente, foi assim com a criação do PIX – cuja regulamentação abre espaço para os bancos cobrarem taxas em cada doação recebida pelas ONGs. Mas foi assim também com um caso mais antigo, ainda do século passado, que guarda relação com esta pesquisa.

Em 1989, foi criado o Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi, na sigla em inglês), uma organização intergovernamental voltada ao desenvolvimento e à implantação de políticas nessas áreas. O objetivo é nobre: prevenir e enfrentar práticas terroristas. Uma das medidas foi a elaboração, em 2012, de uma série de recomendações. A de número 8 tem impacto nas organizações da sociedade civil. Sugere que os países revisem leis e normas do terceiro setor que possam ser “vulneráveis ao abuso do financiamento do terrorismo”. Sugere também que os governos, “de acordo com a abordagem baseada no risco”, apliquem medidas para proteger as OSCs do “abuso do financiamento do terrorismo”. Há ainda recomendações contra lavagem de dinheiro.

A intenção é elogiável. Na prática, porém, a adoção de algumas medidas pode descambar para tentativas de restringir ou impedir o financiamento das instituições sem fins lucrativos – foi o que ocorreu em

países como Rússia, Hungria e Índia. Por isso, as entidades fizeram questão de ingressar nas discussões: formaram um grupo para debater o problema junto ao Gafi e aos governos. No final de 2019, OSCs da América Latina se reuniram para formular uma declaração sobre o assunto. Em novembro de 2020, criou-se a Coalizão Brasileira de OSCs para o Gafi, liderada pela ABCR, pela Conectas e pela Hernandez Lerner & Miranda Advocacia, com apoio do Worldwide Initiatives for Grantmaker Support (Wings). O objetivo é construir propostas para os governos lidarem com o tema.

Em 2023, as normas brasileiras passarão por nova revisão do Gafi. Assim, torna-se especialmente urgente compreender melhor a relação entre os bancos e as organizações sem fins lucrativos, as incompreensões mútuas. Isso também motivou a criação desta pesquisa.

É intenção da ABCR aprofundar a investigação nesse tema tão importante. Os planos incluem realizar uma segunda pesquisa – mais abrangente –, organizar estudos qualitativos e intensificar o diálogo com o setor financeiro.

O Brasil tem 815 mil organizações da sociedade civil, como aponta um mapeamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Não faz sentido que um setor com essas dimensões, que emprega 2,3 milhões de pessoas e beneficia milhares e milhares de brasileiros e brasileiras, continue sendo escanteado nas tomadas de decisões ligadas ao setor financeiro. Não faz sentido econômico, jurídico ou social. Reverter o quadro requer esforços dos bancos, do governo federal e das instituições de controle – mas também das ONGs. A ABCR, com esta pesquisa, espera estar contribuindo nessa direção.

Fernando do Amaral Nogueira
Diretor-executivo da ABCR

RESUMO-EXECUTIVO

Os principais achados do estudo "As Organizações Sem Fins Lucrativos e o Sistema Financeiro"

- 1/3 das organizações respondentes já teve abertura de conta bancária negada;
- Em razão das dificuldades de acesso a produtos financeiros, 26% das organizações precisaram movimentar recursos em conta de terceiros;
- 17% das organizações tiveram sua conta bloqueada por alguma instituição financeira;
- 38% das organizações foram vítimas de cobrança indevida de tarifas bancárias ou de impostos debitados em conta;

- 1 em cada 5 organizações (21%) já recebeu exigência inadequada de banco ou de empresa financeira;
- 2/3 (65%) das organizações não têm cartão de débito;
- 73% das organizações não têm cartão de crédito;
- O investimento mais comum das organizações é a renda fixa (61%), e o menos comum são as ações (4%);
- O Banco do Brasil é o banco em que as organizações mais têm conta (14%), seguido de Itaú Unibanco (11%) e Banco ABC Brasil e Bradesco (10%);
- Para as organizações, 48% dos profissionais das agências bancárias não entendem o setor, e 45% entendem o setor, mas não têm qualificação para lidar com as instituições.

METODOLOGIA

COMO A PESQUISA FOI FEITA

Questionário: on-line. O link foi divulgado para os contatos da ABCR (cerca de 40 mil), por parceiros e em redes sociais

Perguntas: 39, entre fechadas (múltipla escolha) e abertas

Coleta dos dados: junho e julho de 2022

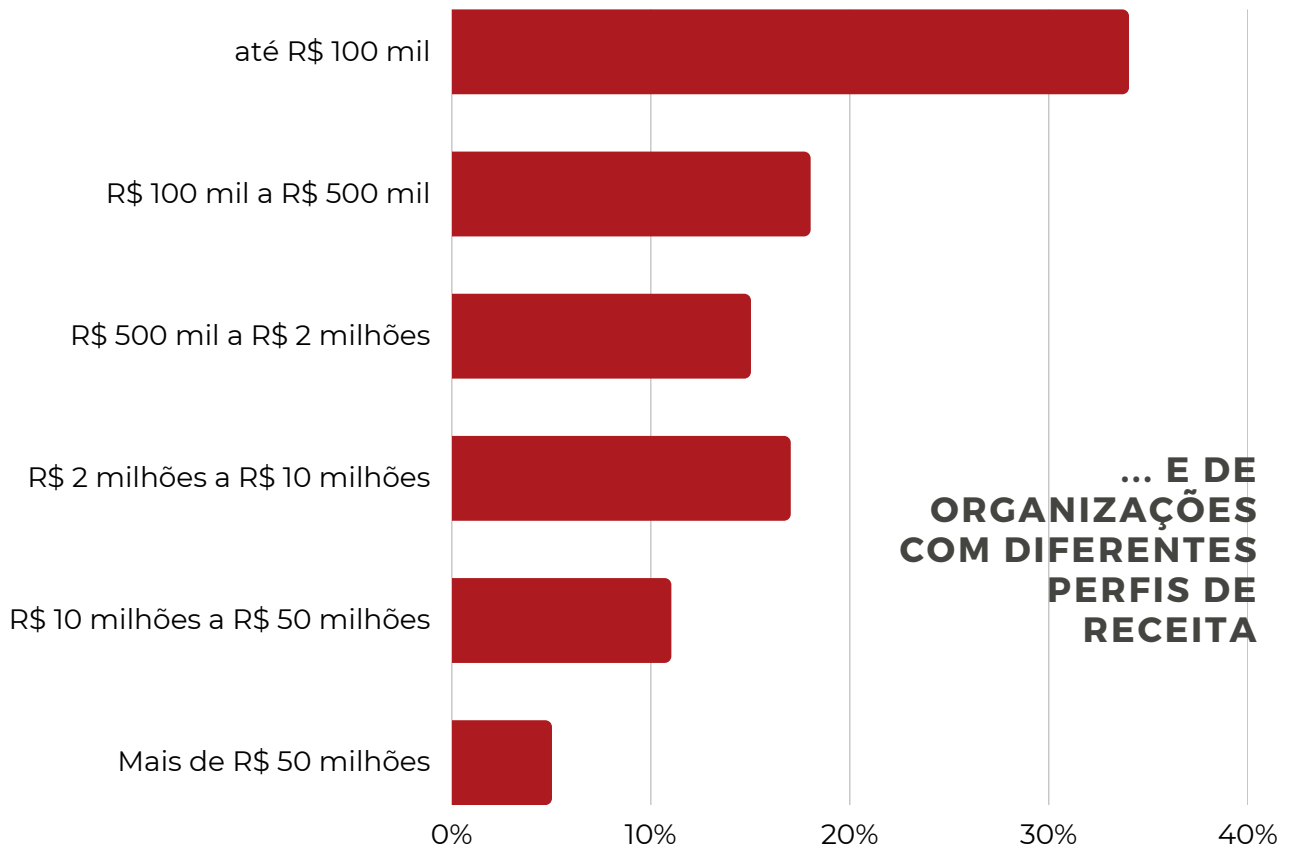
QUEM RESPONDEU

A pesquisa recebeu 123 respostas, vindas de organizações de todas as cinco regiões do país e de quase todas as unidades da Federação. Pouco menos da metade (46%) é de São Paulo, mas o restante se distribui de forma razoavelmente uniforme (ver mapa na página seguinte).

A quantidade de respostas ficou dentro do esperado pela ABCR. Afinal, trata-se de um tema que as próprias organizações não priorizam, que as próprias lideranças muitas vezes desconhecem – e acabam deixando na mão de tesoureiros ou de um gerente financeiro.

O perfil das entidades respondentes é diverso do ponto de vista de receitas anuais. Aproximadamente um terço recebeu até R\$ 100 mil em 2021, outro terço entre R\$ 100 mil e R\$ 2 milhões e outro terço mais de R\$ 2 milhões. Deve-se reconhecer, porém, que é um perfil diferente do da maioria das organizações da sociedade civil brasileira – que possivelmente mal disporiam de estrutura para responder à pesquisa.

**A PESQUISA
RECEBEU
RESPOSTAS
DE ONGS DE
TODAS AS
REGIÕES DO
BRASIL...**



**... E DE
ORGANIZAÇÕES
COM DIFERENTES
PERFIS DE
RECEITA**

BARREIRAS PARA ENTRAR

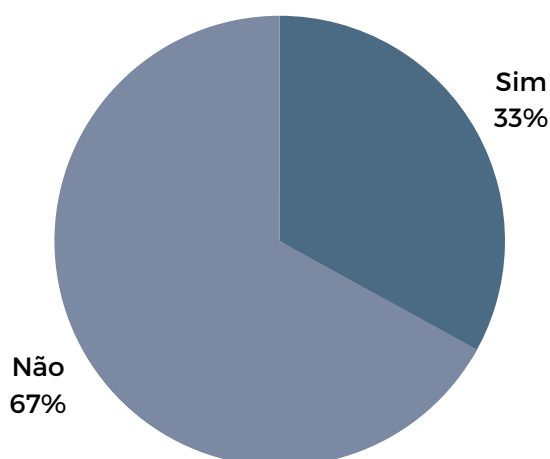
Na apresentação preliminar dos resultados da pesquisa, o consultor jurídico Daniel Rech narrou que, tempos atrás, tentou abrir numa agência do Bradesco uma conta para a instituição onde trabalhava, ligada à Igreja Católica. Não recebia resposta conclusiva: estava-se aguardando uma decisão, o caso seria resolvido... A embromação durou três meses. O jeito foi dar literalidade ao velho ditado e queixar-se com o bispo. “Pedimos para o bispo ligar para o gerente do banco. Ele ligou, e na hora a conta foi aberta.”

Muitas entidades passam por situação semelhante, embora poucas delas, claro, tenham um bispo a quem recorrer. Um

terço das organizações respondentes disseram já ter sofrido problemas para abrir contas em bancos como Itaú, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Santander, Nubank, Inter... As alegações costumam ser as mais variadas: havia documentação faltando, o modelo de diretoria não era adequado, não havia movimentação financeira comprovada, a entidade não foi aprovada na análise de risco... Não é raro as empresas simplesmente não apresentarem motivo algum – apenas recusarem. Em outros relatos, o motivo foi a própria essência do terceiro setor: não ter fins lucrativos.

A recusa em abrir uma conta bancária tem vários impactos. Por vezes, trata-se de conta vinculada, exclusiva para receber recursos públicos – e a negativa, então, atrasa ou inviabiliza a prestação do serviço. Em outros casos, a organização é arrastada para a informalidade e acaba valendo-se de subterfúgios como usar conta bancária de pessoa física (de seu presidente ou diretor). Essa alternativa já foi utilizada por 26,3% das instituições, seja porque ainda não tinham conta em banco (11%), seja porque a conta estava bloqueada (6%), seja porque amargavam outro tipo de empecilho (9%).

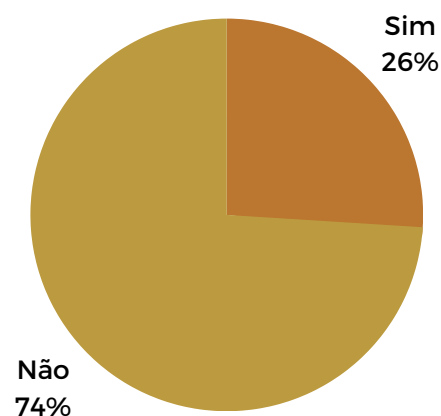
A ORGANIZAÇÃO JÁ TEVE PEDIDO DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA OU CADASTRO EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NEGADO?



Os comentários dos respondentes sugerem que há, por parte dos bancos, um misto de desinteresse (o que explicaria as recusas sem justificativa) e desconhecimento (o que explicaria tantas exigências inadequadas: declaração de Imposto de Renda de conselheiros, certidão negativa de débito e antecedentes criminais de todos os diretores). Aliás, 21% afirmaram já ter recebido exigência indevida. "Como somos filial de uma organização estrangeira, já nos pediram um parecer do consulado do Brasil no país-sede da organização", contou um dos entrevistados.



A ORGANIZAÇÃO JÁ PRECISOU MOVIMENTAR RECURSOS PRÓPRIOS POR MEIO DE CONTAS DE PESSOA FÍSICA DE ALGUÉM DA EQUIPE OU DA LIDERANÇA?



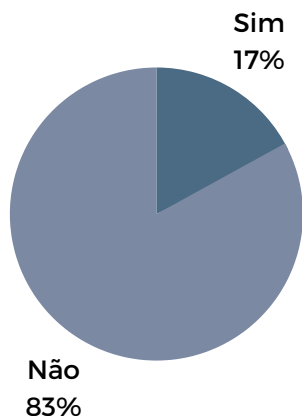
O QUE A PESQUISA MOSTRA

BARREIRAS PARA CONTINUAR

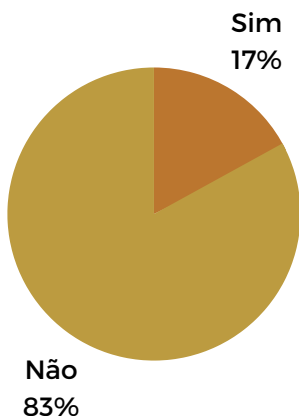
Apesar dos obstáculos iniciais, a grande maioria das instituições sem fins lucrativos vence por cansaço e consegue abrir conta em banco. Entrar no sistema, porém, frequentemente significa se deparar com outras tantas barreiras. Há queixas sobre contas bloqueadas (17%) e cobranças equivocadas (38%), por exemplo.

Nesses casos, parece pesar muito o desconhecimento dos bancos sobre a atuação das organizações sociais. Representantes de diversas ONGs relataram, na pesquisa, problemas com contas abertas para leis de incentivo ou transferências governamentais – que comumente ficam meses sem movimentação. "O [depósito do] recurso demorou mais que a data prevista, e depois de 6 meses a conta foi fechada", contou um respondente.

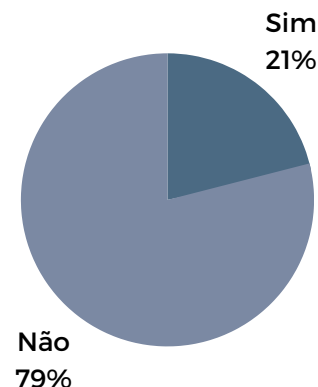
A CONTA DA ORGANIZAÇÃO JÁ FOI BLOQUEADA PELO BANCO OU PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA?



A ORGANIZAÇÃO JÁ TEVE COBRANÇA INDEVIDA DE TARIFAS BANCÁRIAS OU DE IMPOSTOS DEBITADOS DIRETAMENTE EM CONTA BANCÁRIA?



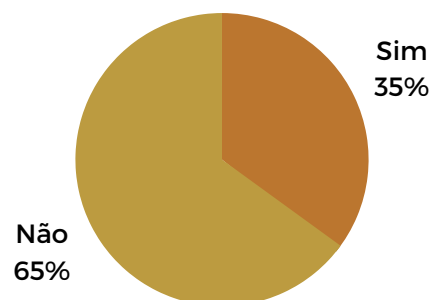
JÁ RECEBEU ALGUMA EXIGÊNCIA INADEQUADA DE BANCO OU OUTRA EMPRESA FINANCEIRA, COMO DECLARAÇÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DA LIDERANÇA, CERTIDÕES ETC.?



Nas cobranças equivocadas, o mais frequente é o banco descontar impostos dos quais a organização é isenta. Ou seja: a entidade teve de superar a burocracia da Receita Federal ou da Secretaria Estadual da Fazenda, passando por todo o processo de obtenção de certificados, até conseguir a imunidade – mas, mesmo assim, por conta de mecanismos próprios, o banco retém imposto, por exemplo, sobre rendimento de aplicações. “Às vezes a organização paga o tributo para não ter problema, para garantir o fluxo de caixa”, comentou Daniel Rech na apresentação preliminar da pesquisa. Um relato recorrente é cobrança de tarifa de manutenção em contas de lei de incentivo ou de projetos em parceria com o poder público. Quase uma em cada dez (8%) já sofreu algum tipo de golpe bancário.

Na série de barreiras enfrentadas pelas instituições, duas das mais difíceis são quase triviais para clientes comuns dos bancos. Quase dois terços não contam com cartão de débito, instrumento necessário para fazer operações simples – compras em mercados, saque na boca do caixa.

A ORGANIZAÇÃO TEM CARTÃO FÍSICO (OU VIRTUAL) COM FUNÇÃO DE DÉBITO?

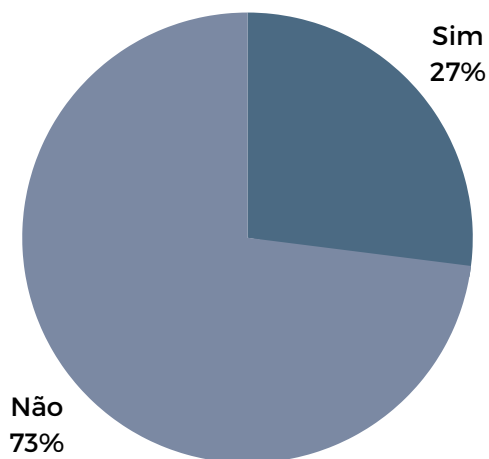


No cartão de crédito, a exclusão é ainda mais expressiva. Só um quarto das OSCs dispõe desse recurso tão útil para fazer operações cotidianas, como compras na internet ou compras internacionais. A maioria dos bancos entende que o cartão é um tipo de crédito antecipado e, portanto, algo que preferem não fornecer a instituições sem fins lucrativos. Assim, ONGs que trabalham com temas de interesse global têm dificuldade, por exemplo, de assinar publicações estrangeiras ou de obter certos tipos de software, como os de videochamada. A própria ABCR não tem cartão de crédito. “Tenho de pagar fornecedor internacional com meu cartão pessoal e pedir reembolso na instituição”, comentou o então diretor-executivo da associação, João Paulo Vergueiro, durante a apresentação preliminar dos dados. “Nosso cartão só foi aprovado depois de mais de cinco anos de relacionamento com o banco”, declarou um dos respondentes da pesquisa. “Mesmo assim, o limite de crédito é baixo.”

Possivelmente em razão desses entraves, grande parte das ONGs (77%) nunca pediu empréstimo bancário. Entre as que pediram, 13% tiveram o empréstimo aceito e 10%, negado. Se quase metade das que pediram já teve empréstimo negado é porque o setor financeiro ainda não conhece bem a composição das receitas das OSCs. Os bancos parecem não compreender que as organizações sem fins lucrativos têm gestão financeira, planejam-se da mesma maneira que as organizações com fins lucrativos e são atores da sociedade que podem vir a precisar de crédito para suas atividades: investir em obras, ampliar a atuação ou melhorar sua própria capacidade de captar recursos.

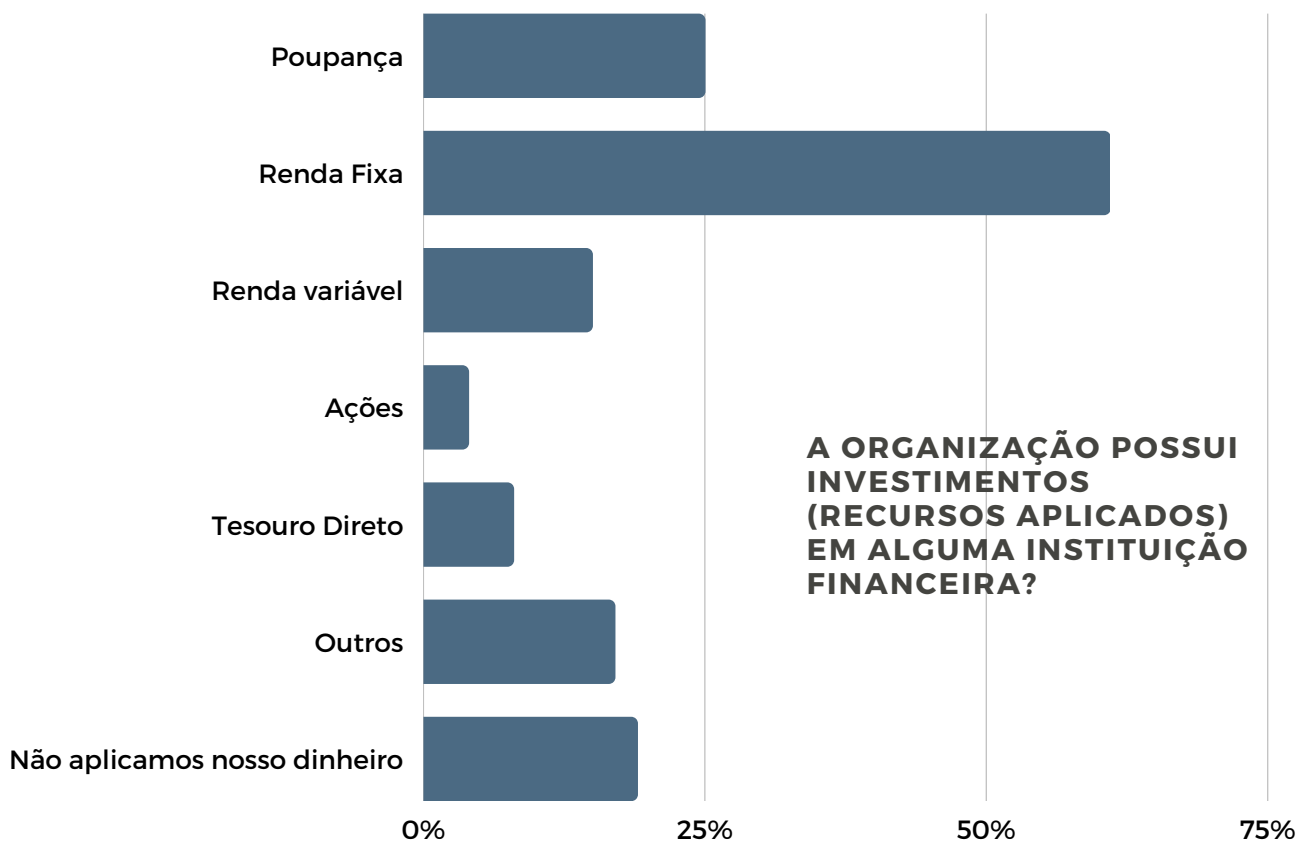
A recusa dos bancos em conceder mesmo serviços simples ajuda a explicar a enorme quantidade de reclamações sobre as tarifas cobradas pelas empresas. Parte dos representantes de ONGs queixa-se da cobrança porque avalia que suas organizações, por terem atuação

A ORGANIZAÇÃO TEM CARTÃO FÍSICO (OU VIRTUAL) COM FUNÇÃO DE CRÉDITO?



socialmente relevante, deveriam ser isentas. Mas outra parte critica o descompasso entre o que se paga e o que se ganha em contrapartida. “Sabemos que é justo que os bancos recebam pelo trabalho”, comentou um dos respondentes. “Porém, minhas taxas são cobradas como cliente Ouro, e não tenho nem cartão de débito.”

Como investidoras, as entidades preferem alternativas de menor risco — basicamente, renda fixa e poupança. Quase 20% não aplicam seu dinheiro, algo esperado em organizações que têm giro financeiro de curto prazo, recebem para pagar suas despesas ou investir em suas atividades. “A grande maioria das organizações é pequena, tem saldo médio pequeno, ridículo”, comentou o presidente da Fundação Grupo Esquel, Silvio Sant’Ana, na apresentação preliminar da pesquisa.



O QUE A PESQUISA MOSTRA

BANCOS MAIS CITADOS

Nesta pesquisa, muitas das respostas evidenciam o quanto os bancos desconhecem o terceiro setor. Mas outras indicam que o contrário também acontece. Ao citarem os bancos em que têm conta, algumas organizações parecem ter se enganado. Os mais mencionados como banco principal são Banco do Brasil (14%), Itaú Unibanco (11%) e Bradesco (10%). Junto com Bradesco, porém, aparece o Banco ABC Brasil – uma empresa mais voltada ao segmento corporativo, possivelmente confundida com o Banco do Brasil. Do mesmo modo, Banco Itaú BBA e Itaubank podem ter

sido confundidos com o Itaú. Ao todo, foram elencadas 28 instituições (incluindo segundo ou terceiro banco com que a organização trabalha).

A liderança do Banco do Brasil deve estar sendo influenciada pela lei 13.019/2014, que rege as parcerias entre os governos e as ONGs e exige a abertura de conta em um banco público. Possivelmente em razão de sua penetração maior no terceiro setor, o BB foi citado tanto como o banco que mais apresenta facilidades quanto como o que mais apresenta dificuldades.

A ORGANIZAÇÃO TEM CONTA EM BANCO? EM CASO AFIRMATIVO, QUAL É O BANCO PRINCIPAL QUE A ORGANIZAÇÃO USA?

Banco do Brasil	14%
Itaú Unibanco	11%
Banco ABC Brasil	10%
Bradesco	10%
Banco Itaú BBA	10%
Caixa Econômica Federal	7%
Santander	6%
Banco Sicoob	5%
Itaubank	5%
Não temos conta em banco	4%
Sicredi	4%
Banco Caixa Geral - Brasil	2%
Banco do Estado do Pará	2%
Banco Inter	2%

As tradicionais instituições bancárias vêm enfrentando, há alguns anos, novos concorrentes, como os bancos digitais e, em alguns serviços, plataformas de pagamento. A pesquisa se debruçou sobre tais players e verificou que eles já estão no radar das organizações, embora

ainda não tenham mostrado atenção especial ao terceiro setor. A maior parte delas (80%) conhece os bancos digitais. E 17 instituições de pagamento foram citadas, com destaque para PagSeguro, Paypal, Cielo e Mercado Pago.

O QUE A PESQUISA MOSTRA

NECESSIDADE DE DIÁLOGO

O rosário de reclamações contra o sistema financeiro e a aparente confusão das organizações ao nomear o próprio banco com que trabalham mostram que os dois lados precisam se compreender

melhor. Só 7% das OSCs que responderam à pesquisa consideram que os profissionais dos bancos estão bem-preparados para atendê-las.

NA SUA OPINIÃO, OS PROFISSIONAIS DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS ENTENDEM O QUE É UMA ORGANIZAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS?



“É interessante o operador do banco receber capacitação sobre as organizações da sociedade civil: quem são, como trabalham, o que fazem, por que fazem”, observou a advogada Juliana Miranda, da HLM Advocacia, na apresentação preliminar dos resultados. “Isso poderia resultar em atendimentos menos burocráticos, menos traumáticos.”

“O estudo mostra as dificuldades que existem por parte das organizações, mas é preciso ver também o lado do agente financeiro, as dificuldades que ele tem para cumprir regras impostas internamente”, comentou Silvio Sant’Ana. “Abrir uma conta para uma entidade que tem menos de R\$ 100 mil de orçamento anual só vai dar trabalho a ele, e pode

inclusive prejudicar sua avaliação interna”, acrescentou.

Por vezes o próprio compliance interno obriga os gerentes bancários a impor “exigências absurdas, extemporâneas”, disse João Paulo Vergueiro. Fazem isso inclusive por determinação de regulamentações e recomendações como a do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi, na sigla em inglês). Mas é preciso que o sistema bancário encare de fato as ONGs como clientes, como um segmento em potencial a ser cultivado. “Então, há um trabalho a ser feito, de diálogo com representantes das instituições que aglutinam o sistema financeiro”, propôs Vergueiro.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
CAPTADORES DE RECURSOS

A ABCR (Associação Brasileira de Captadores de Recursos) reúne e representa os profissionais de captação, mobilização de recursos e desenvolvimento institucional que atuam para as organizações da sociedade civil no Brasil. Lidera campanhas, eventos e uma série de outras iniciativas de fortalecimento do setor e de apoio a quem atua por uma sociedade mais justa e democrática.



CONTATOS



<https://captadores.org.br/>



falecom@captadores.org.br



(11) 98331-7020



<https://www.facebook.com/ABCRBrasil>



<https://twitter.com/captacaoabcr>



<https://www.linkedin.com/company/abcr/>



<https://www.instagram.com/abcrbrasil>



<https://www.youtube.com/abcrbrasil>